



<b>Interessado:</b> Secretaria municipal de Educação de Nova Friburgo/RJ		
<b>Assunto:</b> Matriz Filosófica: “Nossa Friburgo pensa Educação”		
<b>Processo Interno:</b> 002		
<b>Parecer Consultivo 007/18</b>	Plenária	Aprovado pela plenária em 06 de dezembro de 2018

Aos oito dias do mês de novembro de 2018, o Sr. Secretário Municipal de Educação através do setor de coordenação pedagógica da SME, submeteu a este Conselho a Matriz Filosófica da Rede Municipal para análise e Parecer Técnico.

Em função dessa solicitação foi realizada no dia seis de dezembro em sessão específica do CME a apreciação da referida Matriz:

Primeiramente, parabenizamos e louvamos a iniciativa da SME em promover a construção de sua Matriz Filosófica.

Em todos os empreendimentos - especialmente os de natureza educacional - é fundamental que os referenciais teóricos e os marcos filosóficos sejam bem pensados e, acima de tudo, expressos de modo a inspirar os profissionais que, no dia a dia, se ocupam da tarefa de ensinar e aprender. Nesse sentido, uma Matriz é, ao mesmo tempo, referencial (porque baliza os parâmetros da reflexão e da prática) e mobilizadora (porque deve ser base a partir da qual se lançam novas reflexões). Por isso, a Matriz deve ser considerada sempre como inacabada e provisória - há sempre que ser revista, aperfeiçoada, criticada e ampliada.

As observações que seguem são ponderações a partir da leitura e do debate do documento final que nos chegou às mãos e tem por objetivo tão somente cooperar no seu aperfeiçoamento, no médio e no longo prazo.

Por uma questão de organização, apresentamos a análise em dois âmbitos. Primeiro, as questões filosóficas propriamente ditas; segundo, sobre a apresentação metodológica do documento.

Desta forma, sobre uma Matriz Filosófica, pela leitura do documento, fica clara uma opção pelo “sociointeracionismo”. Há que se questionar sobre as razões dessa opção. Por que foi essa a escolha? Isso precisa ficar bem claro no texto. Não apenas



com referência ao Regimento da Rede, mas com uma rica fundamentação sobre a amplitude dessa proposta de ação pedagógica. Talvez isso possa ser melhor esclarecido ao longo da apresentação dos/as autores/as que balizam a Matriz.

Na “introdução”, logo no início, ao tratar da história local, valeria a pena apresentar uma riqueza maior de informações sobre a temática. Há muitos estudos, teses, livros e artigos historiográficos a respeito. É importante numa Matriz Filosófica que haja, logo de início, uma problematização sobre a história do município e os “mitos” que há em torno de suas origens. Isso seguramente reorientará a leitura dos referenciais teóricos ulteriores e, ainda mais, contribuirá para uma prática docente comprometida com o cidadão local e suas frequentes experiências de exclusão.

O mesmo vale ainda na “introdução” sobre a história da rede municipal de educação. Além de narrar os momentos marcantes no processo de formação da rede, valeria à pena mencionar questões ligadas, por exemplo, às visões pedagógicas presentes no município. Seria bastante rico que houvesse informações sobre, por exemplo, a Escola Alemã, sobre a Escola da Arp, sobre o IENF, sobre a FFSD e sobre as razões de integração à rede das escolas Waldorf e Ibelga. Além, é claro, de educadores/as de destaque e com suas idiosincrasias (Ernesto Tessarolo, Messias Moraes Teixeira, Pastor Schlupp, Cícero Monnerat, Irmã Cosmelli e as doroteias, os Jesuítas, etc) que ajudaram a tecer a cena educacional local. Esse quadro histórico ajudaria a compor a pluralidade presente na rede, mas não somente nela, como também nos referenciais práticos da educação na cidade. Valores e ideologias que subjazem a prática pedagógica no território.

Sobre a “síntese das normativas da educação no Brasil”, seria oportuna – além da CF, da LDB, das Diretrizes, do PNE e da BNCC – a inclusão do PMENF da Lei 3.989/2011 sobre Gestão Democrática na Rede. Esses dois marcos legais locais – PME e 3989 – devem ser leitura obrigatória na formulação da filosofia de educação na cidade. O primeiro por sua natureza indutora de políticas públicas e o segundo por conta da necessidade de amadurecimento democrático e participativo nas escolas. No item 2 – “Matriz filosófica para referenciais curriculares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo” – são citados os seguintes autores: 1) Lev Vygotsky; 2) Paulo Freire; 3) Jean Piaget; 4) Rudolf Steiner; e 5) Henri Wallon. Em outras partes da



Matriz, especialmente ao tratar dos setores da SME, outros/as autores/as são citados: 6) David Ausubel; 7) Emilia Ferreiro; 8) Magda Soares; 9) Malcolm Knowles; 10) Jorge Visca; 11) Sara Pain; 12) Alícia Fernandez. Seria recomendável que Vygotsky e Piaget assumissem o papel estruturante na exposição da Matriz. Mas, para isso, seria importante escrever bem mais a respeito de suas teses.

No caso de Vygotsky, explorar mais as ideias de que é a interação social que favorece a aprendizagem; de que as experiências de aprendizagem necessitam se estruturar de modo a privilegiarem a colaboração, a cooperação e intercâmbio de pontos de vista na busca conjunta do conhecimento; e de que é importante estar atento à zona de desenvolvimento proximal do indivíduo para propor atividades coerentes. E, claro, problematizar tais apontamentos com as diferentes realidades sócio-econômico-culturais presentes na rede.

No caso de Piaget, escrever sobre a sua visão interacionista, sobre a relação de interdependência entre o ser humano e o objeto do conhecimento; sobre o processo de equilíbrio (sobre a marcha do organismo em busca do pensamento lógico); e, é claro, sobre os estágios do desenvolvimento humano.<sup>2</sup> Caberiam aqui, exposições sobre os trabalhos de Emília Ferreiro e de Magda Soares, especialmente sobre o processo de Alfabetização e Letramento.

Seria adequado que Paulo Freire assumisse o lugar inspirador na Matriz. Ele não é citado, no documento, como referencial teórico-pedagógico propriamente dito, tampouco o é em relação aos seus estudos sobre alfabetização (de adultos). Nesse caso, valeria a pena descrever as principais ideias e obras de Freire. E, talvez, levá-lo para a abertura desse item 2, como uma espécie de fonte motivadora das reflexões e metodologias que se seguirão. Outra reflexão que se poderia colocar, por conta disso, é se não cabe analisar mais detidamente a vasta obra de Freire e suas contribuições pedagógicas mesmas.<sup>3</sup>

Sobre Henri Wallon, valeria a pena, além das questões apresentadas sobre afetividade e disciplina, considerar sua obra sobre os estágios do desenvolvimento humano. Por ser teoricamente distinto de Piaget, o psicólogo francês ajuda bastante nessa reflexão. Talvez possa ser apresentado como problematização às teorias de Piaget, por exemplo.



Outro autor que há que se pensar em como considerá-lo na Matriz é Rudolf Steiner. Como fonte balizadora da Pedagogia Waldorf e da Antroposofia, compreende-se seu espaço no documento, já que a Rede possui unidades com tal característica. O questionamento, entretanto, é em que medida suas contribuições são efetivadas nas demais escolas e, por outro lado, em que medida os autores balizadores da Matriz são considerados nas escolas Waldorf (o mesmo vale para as demais escolas com pedagogias próprias). Em outras palavras, corre-se o risco de haver escolas que não participam do todo da rede? Mesmo resguardadas as particularidades de cada unidade escolar, em que medida essa Matriz deve ser vivenciada pelas mesmas?

Os/as demais autores/as (David Ausubel, Malcolm Knowles, Jorge Visca, Sara Pain e Alcía Fernandez) precisam ser apresentados nesse item 2. Mesmo que de maneira superficial, valeria a pena que o leitor conhecesse suas obras, suas ideias e suas áreas de atuação e em que medida há relação de seu pensamento com os referenciais teóricos arbitrados para a Matriz, especialmente Piaget e Vygotsky, ou mesmo o Paulo Freire.

Há alguns conceitos técnicos, pedagógicos ou filosóficos mencionados no texto que mereceriam um tratamento mais pormenorizado. Seja no corpo do texto, ou em notas de pé de página, conforme o caso. Por exemplo: alfabetização e letramento, metodologia de projetos, educação integral e em tempo integral, escola em tempo integral e aluno em tempo integral, empirismo, indivíduos fortes, cidadãos integrais, andragogia, educação inclusiva, educação especial.

No “prefácio”, há, repetidas vezes, referência a “homem” como sinônimo de “ser humano”. Talvez seja mais adequado o uso do termo “ser humano”, por sua abrangência.

“Ainda no “prefácio”, há a seguinte observação no penúltimo parágrafo: “ ... nega o comodismo, desmantela esquemas racionais.” Seria interessante alargar textualmente essa afirmação para não correr o risco de fazer parecer que se trata de uma negação aos aspectos cognitivos e racionais da inteligência e do gênio humanos, pontos de especial atenção de qualquer projeto educativo.

Na “apresentação”, há a informação de que a Matriz nasceu da “responsabilidade atribuída aos municípios na formulação de suas propostas curriculares”. Seria



importante informar como essa responsabilidade fora atribuída, em que documentos há tal demanda e, especialmente, por que a proposta curricular da rede deve se embasar numa Matriz Filosófica. A ideia seria, com isso, ajudar o/a leitor/a a compreender o processo de construção do documento ao longo da leitura da Matriz.

Ainda na “apresentação”, há a explicação de que a Matriz deseja “assegurar o direito pleno de se pensar a educação de uma forma participativa”. Seria recomendável que houvesse, já nessa etapa de apresentação do documento, os mecanismos concretos através dos quais haverá essa efetiva participação.

Sobre as questões metodológicas, embora a Matriz Filosófica não seja, em si, um texto acadêmico formal, ela demanda as mesmas exigências que uma monografia e/ou artigo científico. O texto precisa ser claro e objetivo, bem apresentado quanto à estrutura, bem fundamentado quanto às fontes e motivador de novas pesquisas e leituras. Por isso, seguem apontamentos sobre incorreções que poderiam ser corrigidas:

A primeira parte, “introdução”, não é exatamente uma introdução. Não explica o que se fará ao longo do texto, que seria o propósito de uma introdução, a rigor. Ocorre algo diferente, nessa “introdução”, já se apresenta um histórico. A introdução deve ser o apontamento do que será trabalhado na Matriz e os caminhos a serem percorridos. Parte do que está no item “apresentação” já seria o que deveria integrar a introdução propriamente dita.

As três principais partes do texto não estão numeradas. Não há clareza quanto à sequência lógica do documento. Itens e subitens devidamente numerados ajudam na explicitação das ideias.

Dentro de cada parte, os autores, escolas, marcos legais não estão devidamente assinalados. Talvez a organização discriminada desses pontos ajude na visualização, na pesquisa e ajude inclusive para escrever mais e de modo mais aprofundado sobre cada tema.

Há citações sem as devidas referências.

Há muitas partes no texto que são cópias de outras fontes, mas não estão devidamente citadas.

Há citações que não estão em forma de citação – letra menor e recuada das margens.



Há citações de citações. Por exemplo, textos de uma revista (que tem o seu autor), citando um outro texto (de outro autor) a respeito da tese de um teórico (que viria a ser um terceiro autor). Isso confunde quem lê. O ideal é dar a voz ao autor em questão diretamente.

Nas citações, evitar o link da internet. Fazer referência a autor, obra, data. No caso de pesquisa da internet, fazer referência ao sítio digital e sua data de consulta na lista bibliográfica ao final do texto.

Há cópias imensas de documentos. Valeria a pena desmembrar e comentar cada item? No caso do fundamental (anos finais), há uma citação de Milton Santos que parece estar servindo de epígrafe ao item. Não é exatamente um referencial teórico (pois não foi detalhado na sequência do texto), nem tem conexão direta com o anteriormente trabalhado, a não ser com o Paulo Freire (que ainda não foi aprofundado). Se é uma epígrafe, valeria a pena fazer o mesmo nos outros itens do texto, por questão de simetria.

Há muitos autores citados ao longo do texto que são esquecidos na Bibliografia. Lá devem estar todos os livros, sites, leis e outras fontes pesquisadas. Faltam, por exemplo, na Bibliografia Lev Vygotsky, Paulo Freire, Jean Piaget, Rudolf Steiner, Henri Wallon, David Ausubel, Emilia Ferreiro, Magda Soares, Malcolm Knowles, JorgeVisca, Sara Pain, Alcía Fernandez, autores sobre a História de Nova Friburgo, e sobre a Educação na cidade, e todos os marcos legais.

Um questionamento que surge é se numa Matriz Filosófica cabe a apresentação compartimentada dos setores da SME. Em que medida essa apresentação não reforça a ideia de uma compartimentalização do planejamento educacional no município. Sedução que parece ser exatamente a que se opõe uma Matriz Filosófica. Talvez fosse o mais adequado fazer referência aos desafios de cada setor (infantil, fundamental, alfa, educação especial, eja etc) ao tratar de cada autor e de suas contribuições.

Os textos de cada setor são visivelmente escritos por mãos distintas. Mereceriam um trabalho de edição e revisão de estilo. Em caso de se levar essas contribuições para o diálogo com os autores referenciais, que o fosse sob a perspectiva da ilustração das teses desses autores. A sensação que o texto passa é que são dois blocos distintos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## Conclusão

Uma matriz filosófica, como já abordamos, deve ser considerada sempre como um material inacabado e provisório. Há sempre que ser revista, aperfeiçoada, criticada e ampliada. Neste sentido, pedimos a Secretaria Municipal de Educação que aprecie as sugestões acima citadas por entendermos ser pertinentes e de grande enriquecimento em sua construção. Para, em momento oportuno ou de nova revisão, serem utilizadas.

---

Maiara Inimá de Oliveira Assis  
Presidente do CME